

DESAFIOS POLÍTICOS À FORMAÇÃO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR

Graziela Rossetto Giron
Centro de Ensino Superior Cenecista de Farroupilha/CESF - Brasil
E-mail: ggrosseto@gmail.com

Felipe Slomp Giron
Centro de Ensino Superior Cenecista de Farroupilha/CESF - Brasil
E-mail: felipe@forqueta.com.br

Trabalho de natureza teórica

Resumo: Compreender a relação existente entre política e educação implica transcender suas esferas específicas, uma vez que todo projeto educativo está imbuído de uma concepção ideológica e veicula uma imagem de homem e de mundo que se deseja alcançar ou formar. Falar de política educacional implica, portanto, em considerar que a mesma articula-se à construção de certo projeto de sociedade e de cidadania. Em virtude disso, diferentes compreensões sobre o papel e a formação dos professores foram construídas ao longo dos anos. No contexto atual, com o advento da globalização e do neoliberalismo, vive-se uma lógica educacional que tem como finalidade básica formar professores de maneira superficial e com um claro sentido de treinamento. Percebe-se na estrutura dos cursos de formação docente aqui no Brasil, uma política de preparo mínimo aos professores, que evidencia uma sobrecarga de práticas escolares totalmente desconectadas de um processo de ação-reflexão-ação. Uma proposta de formação que une teoria e prática, aproximando as instituições de ensino superior do espaço escolar, pode ser uma alternativa de contraproposta a essa política neoliberal que minimiza a função social professor.

Palavras-chave: Política educacional. Neoliberalismo. Processo de ensino e aprendizagem. Formação docente. Função social do professor.

Considerações iniciais sobre política

A consciência da política surgiu pela primeira vez com Aristóteles, filósofo grego que afirmou que “o homem é um animal político”. Segundo ele, o ser humano tem a capacidade de organizar-se socialmente, assumindo a partir de suas atitudes, do seu modo de pensar e decidir, posições políticas. O filósofo e historiador Michel Foucault (1979) afirmou que as pessoas fazem política todos os dias, até consigo mesmas. Isso é possível na medida em que, diante dos conflitos (sejam eles de caráter social ou pessoal) é preciso decidir a todo o momento que atitude tomar, cujas decisões acabam influenciando, direta ou indiretamente, a vida dos outros.

Sabe-se que pessoas, tomadas isoladamente, são apenas indivíduos imbuídos de determinados tipos de interesses. Porém, quando esses



interesses são comuns, as pessoas juntam-se formando grupos ou associações, no intuito de melhor defender seus propósitos. A sociedade, portanto, é uma forma de agrupamento onde as pessoas buscam desenvolver ações coletivas em função de objetivos comuns, sendo que a cada sociedade corresponde um determinado modo de produção econômico, organização política e sistema cultural.

Em decorrência dessa união social surge uma nova entidade jurídica e estável denominada Estado, com a incumbência de controlar as relações entre os diferentes grupos de interesses presentes na sociedade, assim como definir regras de convivência entre os indivíduos. Diferentes governos, atuando de acordo com distintos regimes e sistemas, periodicamente se revezam na direção administrativa do Estado, a fim de criar as condições adequadas para manter a governabilidade.

Pode-se dizer que ao construir seu caminho histórico, o homem faz escolhas e toma decisões que repercutem na formação de certo tipo de sociedade. É dessa possibilidade de escolha que nasce a política. Segundo Feijó (1983, p. 10-11) “política em sua origem e essência significa a participação dos indivíduos nos destinos da coletividade”. Portanto, quando os homens começam a se organizar, fazendo escolhas para viabilizar a convivência em grupo, aparecem as diferentes posições e concepções políticas, que refletem uma ideia de homem que nunca é neutra, mas reveladora de como as pessoas/grupos pensam ou entendem o mundo.

Os interesses das elites globalizadas aparecem claramente determinados nas políticas de expansão das relações capitalistas mundiais por instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC), ou pelo próprio poder de forças que tem os grupos econômicos mundiais de impor as regras que lhes interessam etc, mas seus interesses podem ser questionados por agentes nacionais, estaduais ou locais, constituindo-se, assim, uma correlação de forças que influenciam no processo de elaboração e aplicabilidade das políticas públicas (BONETI, 2011, p. 14).

Socialmente, a decisão política acontece mediante o choque de interesses, desenhando as formas de organização dos grupos, quer sejam



eles econômicos, étnicos, de gênero, culturais ou religiosos. Segundo Dallari (1984), todas as atividades das pessoas, de grupos ou de instituições que influenciam o comportamento de outras pessoas (a fim de que aceitem passivamente as decisões de outras, ou para que resistam a elas, ou para que conservem a ordem estabelecida, ou para que procurem mudá-las) são atividades políticas.

Relação entre política e educação

Compreender a relação existente entre política e educação implica transcender suas esferas específicas, com vistas a entender o significado do projeto social de Estado e as características do momento histórico em questão. Como forma de implementação das diferentes formas de atuação do Estado na sociedade, surgem às políticas públicas, com o objetivo de definir onde serão aplicados os recursos arrecadados da população, sob a forma de impostos. Ou seja, é papel do Estado definir através das políticas públicas, a produção e/ou distribuição de bens e serviços coletivos, criando com isso condições para que a população tenha acesso (ou não) ao usufruto desses direitos. Porém, o tipo e a qualidade das políticas públicas implementadas por um determinado governo dependem, fundamentalmente, dos interesses econômicos e políticos defendidos pelo grupo que representa o poder estatal naquele momento histórico. A partir disso será determinado o que, como, quando, a quem e no que aplicar os recursos públicos.

Em se tratando de educação, surgem políticas educacionais, que consistem num:

Conjunto de medidas que são propostas pelo Estado e que dizem respeito ao aparelho do ensino (escolar ou não). Ela visa essencialmente a reprodução da força de trabalho (mediante a escolarização e qualificação); à formulação de intelectuais (em diferentes níveis); à disseminação da concepção de mundo dominante (com vistas a contribuir para legitimação do sistema político e da sociedade estabelecida), [...] além da evidente regulação dos requisitos necessários ao funcionamento do sistema educacional (GERMANO, 1993, p. 101).



No entanto, não existe uma única forma de educar, tampouco um único modelo de educação. De acordo com o tipo de organização social, política e econômica de uma sociedade, em certo tempo histórico, a educação assume características diferenciadas.

No caso das sociedades primitivas, o próprio ato de conviver favorecia o aprendizado, ou seja, as pessoas aprendiam partindo da sabedoria do grupo social e dos costumes cotidianos; quando o homem começou a acumular riquezas e, portanto, a pensar sob a perspectiva da posse, criou-se uma sociedade desigual (dividida em classes), com estruturas de oposição entre livres e escravos, entre nobres e plebeus, influenciando diretamente nas relações sociais e na convivência entre as pessoas. Como consequência disso, surge uma educação em que o saber serve para “adestrar” e não mais para formar homens livres e com direitos iguais. Nessa perspectiva, a educação não se manifesta mais como um fim em si mesmo, passando a ser usada como instrumento de manutenção de certa ordem social e econômica.

Atualmente, vivemos o advento da *globalização*¹ que tem introduzido significativos desafios para o sistema educacional², em função das possibilidades de articulação que são oferecidas pelos meios tecnológicos de informação e comunicação. Esse momento se confunde com uma nova era, “a do conhecimento”, quando a educação é tida como o maior recurso que se dispõe para enfrentar essa nova estruturação de mundo.

Vive-se uma verdadeira revolução paradigmática. As descobertas científicas estão modificando a relação do homem com o mundo, sua percepção da realidade e sua própria forma de pensar, sentir e interagir com os outros. As mudanças econômicas que ocorreram no mundo geraram um

¹ Santos (2002) define globalização como um processo de intensificação das relações sociais, que ocorre em diferentes setores da sociedade (financeiro, econômico ou cultural), abrangendo o mundo inteiro.

² No livro *Investigação sobre políticas educacionais*, Ozga (2000, p. 113) comenta sobre alguns aspectos da globalização que influenciam na educação: “Em primeiro lugar, temos o afastamento das leis da esfera política e a sua colocação num processo racional de cumprimento de regras, ditado pela necessidade de atingir os níveis técnicos do capital. Depois, temos ainda a amplitude da distribuição desigual destas novas redes e de fluxos de recursos, quer dentro quer entre nações. A globalização não é global de igual forma; as novas tecnologias não estão disponíveis de igual modo.”

modelo de sociedade, em que a formação educacional é tida como elemento estratégico para garantir o desenvolvimento.

A memorização de conhecimentos é substituída pela capacidade de usar o conhecimento científico de todas as áreas para resolver problemas de modo original. Saber lidar com as diferenças, enfrentar desafios e mudanças, buscar aprender permanentemente e ter capacidade de trabalhar em grupo são características que vão definir a permanência e/ou a possibilidade de acesso no mercado de trabalho. A sociedade passa a exigir um novo tipo de trabalhador e, como consequência, outro tipo de formação precisa ser pensado.

As políticas educacionais e o neoliberalismo

No atual contexto mundial, a educação tem ocupado um lugar de destaque. Redescobre-se a centralidade da mesma, e a ela é conferido um lugar privilegiado nos processos de reestruturação produtiva, no desenvolvimento econômico e na inserção de grande parte da força de trabalho de uma sociedade permeada pelos códigos da modernidade. Isto é,

[...] a nova ordem mundial e a centralidade assumida pela ciência e a tecnologia aproximam – de forma estrutural – o setor produtivo do campo educacional, enquanto possibilidade de formação de recursos humanos e de produção de pesquisas orientadas para o mercado em sua dimensão global (SILVA JÚNIOR, 1995, p. 209).

Essa proposta de política educacional “mercantilizada” iniciou-se com as políticas neoliberais e conservadoras desenvolvidas em alguns países, entre eles o Reino Unido e os Estados Unidos, no final dos anos 80. Nesse processo de reorganização produtiva globalizada, o Banco Mundial (BM), articulado ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e demais agentes multinacionais, sugeriram aos países em desenvolvimento um programa de ajuste estrutural conveniente aos interesses do capital internacional. Essas proposições foram pensadas no Consenso de Washington (1989), com o objetivo de discutir as reformas econômicas e educacionais que deveriam ser



adotadas pelos países que se submetessem a essas políticas, em contrapartida ao empréstimo de recursos financeiros.

No caso do Brasil, a implementação dessa política educacional neoliberal teve início no governo Itamar Franco (1992-1995), quando da elaboração do *Plano Decenal de Educação para Todos*. A partir disso, o Brasil começa a traçar metas locais, contemplando aspectos referendados no acordo firmado em Jontiem³, acenando aos organismos internacionais que o projeto educacional por eles prescrito seria aqui implantado. Essas reformas educacionais se realizaram “como elemento do projeto neoliberal de sociedade, num processo histórico de mundialização do capital” (MELO, 2004, p. 163). Uma educação que objetivou, prioritariamente, a promoção da aquisição de novas competências e habilidades pelos indivíduos, no intuito de promover a uniformização da integração global do mercado.

Segundo Ball (1998, p.126), o neoliberalismo “é aquilo que se poderia chamar de ideologia de mercado”, ou seja, uma proposta vinda do liberalismo que, ao se transformar em neoliberalismo, passa a focalizar sua ação na redução gradativa da intervenção estatal na economia e na sociedade.

Essa proposta expressou uma saída política, econômica e jurídica específica para a solução dos problemas cíclicos da economia do mundo capitalista; provocou uma modificação organizacional, estrutural e funcional do Estado, minimizando o seu papel (no que diz respeito à garantia dos direitos sociais), tendo como principal preocupação limitar a esfera de influência do público no privado. Isto é, “a globalização do capitalismo e de seu comparsa político, o neoliberalismo, funciona, de forma conjunta, para naturalizar o

³ Em Jontiem (Tailândia) foi realizada a *Conferência Mundial de Educação para Todos* (1990), financiada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial (BM), onde ficou acordado, com representantes de diversos governos e entidades não-governamentais, associações profissionais e educadores do mundo inteiro, que todos se comprometeriam em garantir uma educação básica de qualidade para todas as crianças, jovens e adultos do seu país. Neste caso, educação básica de qualidade refere-se àqueles conhecimentos teóricos e práticos básicos para atender as exigências do mercado, às capacidades, aos valores e às atitudes indispensáveis ao sujeito para enfrentar suas necessidades em sete situações: 1) sobrevivência; 2) desenvolvimento pleno de suas capacidades; 3) vida e um trabalho digno; 4) participação plena no desenvolvimento; 5) melhoria na qualidade de vida; 6) tomada de decisões informadas; 7) possibilidade de continuar aprendendo.



sofrimento, para destruir a esperança e para aniquilar a justiça.” (McLAREN, 1998, p.88). Dito de outra forma, a visão neoliberal propõe a redução do papel do Estado, fortalecendo a concepção de Estado mínimo, segundo a qual ele deixa de “promover políticas sociais básicas, transferindo a responsabilidade para a própria sociedade, dada a suposta incapacidade deste Estado de responder a todas as demandas sociais” (CRUZ, 2003, p. 12).

Essa nova tendência teórica e política de ordenamento do mundo capitalista:

[...] questiona e põe em xeque o próprio modo de organização social e política gestado com o aprofundamento da intervenção estatal. Menos Estado e mais mercado é a máxima que sintetiza suas postulações, que tem como princípio chave a noção de liberdade individual (AZEVEDO, 2001, p.11).

Com a restrição e/ou diminuição das funções do Estado, ocorre o repasse de demandas para a iniciativa privada, ou seja, para a esfera do mercado, o que reforça a segmentação social da população, uma vez que somente terão acesso ao serviço privado aqueles que dispõem de uma boa condição financeira. Os direitos sociais tornam-se mercadorias e o movimento econômico restringe a esfera social da cidadania em favor da projeção do mercado.

Segundo Marrach (1996), a retórica neoliberal atribui um papel estratégico à educação ao:

- a) preparar o indivíduo para adaptar-se ao mercado de trabalho, justificando que o mundo empresarial necessita de uma força de trabalho qualificada para competir no mercado nacional e internacional;
- b) fazer da escola um meio de transmissão da ideologia dominante e dos princípios doutrinários do neoliberalismo, a fim de garantir a reprodução desses valores;
- c) incentivar que a escola funcione de forma semelhante ao mercado, adotando técnicas de gerenciamento empresarial, pois essas são mais



eficientes para garantir a consolidação da ideologia neoliberal na sociedade.

Ou seja, no enfoque neoliberal, cabe à educação o papel de legitimar novos e velhos processos de exclusão verificados, também, no contexto social; para isso, devem difundir-se no interior do sistema educacional as relações mercantis de concorrência. “No discurso neoliberal a educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar à sua semelhança” (MARRACH, 1996, p. 43). Trata-se da crescente subordinação ao econômico e da transformação da própria educação em mercadoria, quando pais e alunos passam a ser vistos como consumidores, e o conteúdo político da educação é substituído pelos direitos do consumidor.

A incapacidade gerencial do Estado é, assim, utilizada como fundamento para a transferência da educação da esfera pública para a esfera do mercado. Neste projeto, é negada a condição de educação como direito social, afirmando-se sua possibilidade de consumo individual, variável, de acordo com o mérito e a capacidade dos consumidores. Portanto, a educação deve ser encarada como um bem sujeito às regras da competição e do mercado (CORSETTI, 2004, p. 65).

Portanto, para o neoliberalismo, a educação passa a ser vista como uma mercadoria, um bem de consumo, e não mais como direito social, onde palavras como igualdade e justiça social são substituídas por noções de eficiência e produtividade. Ou seja, “a escola que na origem grega designava o *lugar do ócio*, é transformada em um grande negócio”. (SHIROMA *et al.*, 2004, p. 120). A educação tem grande importância para o projeto neoliberal, pois legitima a desigualdade (instrumento básico para a manutenção do sistema econômico capitalista); partindo do pressuposto que a educação possibilita aos alunos as mesmas oportunidades, a educação prova que a desigualdade é eticamente justa, por ser uma opção individual.

O maior problema é que esse discurso desmonta toda e qualquer possibilidade de construção de um espírito solidário e cooperativo entre as pessoas, acirrando cada vez mais a disputa e a competição, o que contribui



para o reforço da ideologia excludente apregoada pelo modelo econômico capitalista.

No seio desse novo ambiente moral, as escolas e as universidades são induzidas a uma cultura de auto-interesse. As motivações pessoais sobrepõem-se aos valores impessoais. Os procedimentos de motivação inseridos neste novo paradigma de gestão pública elicitam e geram os impulsos, relações e valores que fundamentam o comportamento competitivo e a luta pela vantagem. Assim, aquilo que temos assistido, através da celebração da competição e da disseminação de seus valores na educação, é a criação de um novo currículo ético nas e para as escolas e o estabelecimento de uma correspondência moral entre o provimento público e empresarial (BALL, 2001, p. 106-107).

De acordo com esse raciocínio, ocorre uma reorientação quanto ao bem-estar interno das pessoas, provocando um distanciamento das preocupações relacionadas com questões sociais mais amplas. Pragmatismo e autointeresse passam a serem as bases para as relações entre os indivíduos, não havendo muito espaço para a reflexão coletiva e o diálogo.

Implicações da política neoliberal na formação docente

No processo histórico da humanidade, diferentes compreensões sobre o papel e a formação dos professores foram construídas, tendo em vista algumas prioridades de ordem econômica, social, política, cultural e ideológica da época. Ou seja, cada vez que ocorre uma reestruturação na sociedade surgem também novas maneiras de se organizar a educação, e um novo jeito de se formar os profissionais que atuam nesta área.

A formação de professores não pode considerar-se um domínio autônomo de conhecimento e decisão. Pelo contrário, as orientações adaptadas ao longo da sua história encontram-se profundamente determinadas pelos conceitos de escola, ensino e currículo, prevaletes em cada época. A partir da definição de cada um destes conceitos, desenvolvem-se imagens e metáforas que pretendem definir a função do docente como profissional na escola e na aula. [...] cada uma destas imagens ou metáforas tem subjacente: uma determinada concepção de escola e do ensino; uma teoria do conhecimento e da sua transmissão e aprendizagem; uma concepção própria das

relações entre teoria e a prática, entre a investigação e a ação (GOMEZ, 1995, p. 95 -96).

Com o advento da globalização e do neoliberalismo, a educação passou a ser, prioritariamente, um meio de as pessoas se inserirem (e/ou se manterem) no mercado de trabalho. Vive-se, hoje, uma lógica, cujo contexto educacional tem como finalidade básica, preparar as crianças e os adolescentes para conseguir um emprego no futuro. Em outras palavras, trata-se da mercantilização da educação, a qual está perdendo a função de humanização, de socialização e de emancipação humana, para transformar-se em mera mercadoria. Dessa forma, a formação de professores adquire uma nova performance:

A proposta escolhida pelos neoliberais é a velha fórmula de treinar e controlar o desempenho do professor, com uma nova roupagem. [...] visa apenas medidas práticas, efetivas, que leve a resultados concretos, com um claro sentido de treinamento, privilegiando, no processo pedagógico, o “como fazer”. Em termos pragmáticos, prevê um aligeiramento na formação dos educadores, o que implica na reestruturação curricular dos cursos de graduação para se adequar a essa perspectiva. Agregam-se outras tantas medidas como a criação dos Institutos Superiores de Educação e a criação do Curso Normal Superior, separados da estrutura universitária. A política educacional neoliberal para a formação de professores se caracteriza por reproduzir, no campo pedagógico, as experiências formativas ou organizacionais próprias do setor empresarial. Os programas de qualidade total na educação são uma expressão evidente disto (CORSETTI *et al.*, 2004, p. 71).

Dito de outra forma, a política educacional referendada pelo neoliberalismo privilegia uma formação docente rápida, superficial e pragmática, preocupada mais com o “saber fazer” do que com o “ensinar a pensar”, valorizando acima de tudo, um saber fragmentado, utilitário e técnico.

De acordo com a proposta neoliberal, que está na base das políticas educacionais brasileiras, para trabalhar na educação básica não precisa de grande qualificação. Isso se observa nitidamente quando se analisa o Decreto nº 3.554/00, no seu art. 1º, parágrafo 2º, que diz: “A formação em nível superior de professores para a atuação multidisciplinar, destinada ao magistério na

educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, far-se-á, preferencialmente, em cursos normais superiores". A duração do Curso Normal Superior é de 2.800 horas, incluídas 1.000 horas (obrigatórias) de prática oferecida ao longo dos estudos. Se essa informação for analisada com mais afinco, percebe-se, nitidamente, uma política mínima de preparo aos professores da educação básica, enquanto que, a grande quantidade de horas de práticas que devem ser cumpridas na escola são desvinculadas de uma reflexão teórica aprofundada, dando ao curso uma conotação clara de treinamento.

A oferta de estágios como um exercício mecânico, onde não são discutidos e problematizados os processos de organização do trabalho escolar, da gestão das turmas e da sala de aula, bem como as formas de utilização dos métodos de ensino e a capacidade de resposta às situações inesperadas⁴; a inexistência de espaços de prática reflexiva sobre o processo educativo, bem como de laboratórios de análise coletiva das práticas pedagógicas e dispositivos de supervisão dialógica são alguns dos aspectos que dão uma conotação de superficialidade à proposta de formação de professores adotada em nosso país, o que reduz a capacitação desse profissional e, conseqüentemente, a qualidade do sistema educativo. Já está por demais evidente a inutilidade de conhecimentos teóricos e de estágios curriculares desligados de uma atitude reflexiva sobre a ação educativa.

A prática e o estágio profissional exige, pelo menos: 1) conhecimento na ação; 2) reflexão na ação, isto é, se dá quando houver um diálogo com a situação, com breves instantes de distanciamento reformulando-se o curso da ação; 3) reflexão sobre a ação, retrospectiva, reconstrutora da ação para analisá-la; 4) reflexão sobre a reflexão na ação que é um processo de construção da forma pessoal de conhecer do próprio profissional. [...] fazer teoria é uma prática e qualquer prática humana tem uma justificativa teórica explícita ou não (REDIN, 2005, p. 23).

⁴ É frequente que os alunos (as) estagiários vejam de forma pouco crítica a prática dos educadores com que tomam contato e, se identificam problemas, não conseguem propor soluções.

Estágios supervisionados, vinculados a fundamentos e referenciais teóricos adequados, deveriam acontecer de forma integrada aos demais conhecimentos desenvolvidos durante os cursos de licenciatura, e não apenas como disciplinas isoladas do currículo, objetivando, assim, superar a relação linear e mecânica estabelecida entre o conhecimento científico e a prática de sala de aula. Nesse sentido, uma experiência vem sendo desenvolvida há alguns anos pelo Centro de Ensino Superior Cenequista de Farroupilha- CNEC/ CESF, no curso de Pedagogia, é uma proposta curricular denominada *Projeto de Prática Pedagógica*⁵, que visa favorecer uma maior interação entre a teoria e a prática. Gómez (1995) intitula esse tipo de proposta educativa de “reflexão-na-ação”, pois:

[...] parte-se da análise das práticas dos professores quando enfrentam problemas complexos da vida escolar, para a compreensão do modo como utilizam o conhecimento científico, como resolvem situações incertas e desconhecidas, como elaboram e modificam rotinas, como experimentam hipóteses de trabalho, como utilizam técnicas e instrumentos conhecidos e como recriam estratégias e inventam procedimentos e recursos. [...] a vida quotidiana de qualquer profissional prático depende do conhecimento tácito que mobiliza e elabora durante a sua própria ação. Sob a pressão de múltiplas e simultâneas solicitações da vida escolar, o professor activa os seus recursos intelectuais, no mais amplo sentido da palavra (conceitos, teorias, crenças, dados, procedimentos, técnicas) para elaborar um diagnóstico rápido da situação, desenhar estratégias de intervenção e prever o curso futuro dos acontecimentos (GOMEZ, 1995, p. 102-103).

Essa proposta curricular de formação docente constitui-se num processo de grande riqueza para a qualificação pedagógica, pois é um momento de

⁵ O Projeto de Prática Pedagógica faz parte da estrutura curricular do curso de Pedagogia do CNEC/CESF, e está acoplado à estrutura curricular de cada uma das disciplinas; é o momento em que o aluno (a) tem a oportunidade de vincular a teoria desenvolvida durante o semestre com o contexto prático da vida escolar. Esse Projeto faz parte da avaliação do semestre, e é definido pela professora no programa da disciplina, sendo, posteriormente, discutido com os alunos quanto a sua aplicabilidade prática. No ano de 2015, o CNEC/CESF ampliou essa proposta para todos os cursos da Instituição, num projeto piloto denominado *Projeto Integrador*. Este consiste na realização de atividades interdisciplinares que buscam integrar todas as disciplinas do semestre letivo, fazendo a relação entre teoria e prática em torno de uma temática escolhida pelo corpo docente de todos os cursos do CESF.



confrontação entre os esquemas e as convicções teóricas implícitas na formação do professor e a realidade concreta da escola. “Quando o professor reflete *na* e *sobre* a acção converte-se num investigador na sala de aula, afastado da racionalidade instrumental, o professor não depende das técnicas, regras e receitas derivadas de uma teoria externa” (GOMEZ, 1995, p. 106), transformando-se em sujeito do processo de ensino e aprendizagem, à medida que aperfeiçoa sua prática pedagógica a partir da análise e interpretação da sua própria acção em sala de aula.

Outra sugestão nesse sentido, seria incrementar nas universidades e demais instituições de ensino superior a *residência docente*⁶, uma proposta que consiste na substituição do atual estágio curricular (disciplina do último semestre das faculdades de licenciatura e Pedagogia) por outra modalidade de estágio, com o dobro de duração: um ano inteiro. Na residência docente, o estágio não seria feito em qualquer escola, mas somente em boas escolas, certificadas pelo Ministério da Educação para oferecerem residência, com bons professores e estrutura física adequada. Essa seria inclusive uma forma de entusiasmar as escolas a qualificarem o seu trabalho pedagógico.

Nessa modalidade de estágio, o professor orientador acompanha e auxilia o futuro docente a relacionar os conhecimentos teóricos obtidos durante o curso, com as situações práticas vivenciadas no cotidiano escolar, além de contar com a possibilidade de troca de experiências com os professores que já atuam na escola. Afinal, quem está saindo da universidade e começando a ensinar, precisa, mais do que ninguém, de um suporte metodológico e científico adequado, feito por um profissional com mais conhecimento e experiência profissional; essa interação (teoria-prática), certamente, irá proporcionar maior segurança na realização das atividades pedagógicas, bem como um melhor entendimento sobre o processo de ensino e aprendizagem.

Teorizar sobre a acção, ou seja, refletir sobre a práxis pedagógica, possibilita que o futuro professor tenha mais autonomia e competência; aproveitar os imprevistos cotidianos, conviver com as incertezas, fazer da sala

⁶ Proposta feita por Mozart Neves Ramos, diretor do Instituto Airton Senna e professor da Universidade Federal de Pernambuco, em entrevista dada ao Jornal Zero Hora, em 05/04/15.



de aula um espaço de discussão na busca de soluções para os problemas educacionais são procedimentos que ajudam a formar e constituir um educador coerente, criativo e com autoria docente.

A sociedade atual exige que o profissional em educação tenha a competência de saber agir no indeterminado, no incerto, superando desafios e propondo soluções adequadas no momento em que elas se apresentam; para isso, é necessário um conhecimento teórico dinâmico e criativo, resultante da reformulação da própria ação. Se o estudante do curso de licenciatura não tiver a oportunidade de desenvolver essas habilidades e/ou competências no espaço acadêmico, que é quando se capacita para atuar como professor, ficará mais difícil responder a esses desafios no momento em que precisar enfrentá-los no cotidiano escolar, sob a pressão do próprio sistema educativo.

O espaço de sala de aula é o local das incertezas, do inusitado, dos imprevistos; cada vez mais surgirão problemas e ocasiões conflitantes para administrar, situações que nem mesmo os universitários mais brilhantes poderão solucioná-las sozinhos e de forma imediata. No entanto, se houver diálogo, momentos de reflexão e discussão sobre as práticas pedagógicas, humildade por parte desse futuro professor em reconhecer que ele não sabe tudo, e que precisa do outro (alunos, colegas, pais,...) para resolver os problemas educacionais, possivelmente surjam daí novos conhecimentos e posturas pedagógicas jamais pensadas, bem mais originais e eficazes.

Outra questão que merece ser destacada sobre a política neoliberal para a formação de professores é que ela incentiva a desprofissionalização da docência, quando busca alternativas na terceirização, na contratação de docentes para trabalhos temporários, ou até, não qualificados, que seriam formados em serviço. A globalização e as novas tecnologias da informação criaram novos espaços de conhecimento, onde a aprendizagem passou a ter uma visão instrucionista. Ou seja, aprender é identificar informações e saber utilizá-las para resolver problemas, e ensinar, é saber manejar um repertório de técnicas e procedimentos que possam ter uma aplicabilidade prática. Dentro dessa lógica, qualquer pessoa pode ser professor, não precisa de tempo para



se “formar”; precisa apenas ser um especialista, um facilitador, um aplicador de atividades determinadas por uma apostila ou guia curricular.

Portanto, sob a perspectiva educacional neoliberal qualquer professor é bom, contanto que: siga os livros didáticos; os Parâmetros Curriculares Nacionais (oferecidos como base pedagógica); faça formações aligeiradas e de preferência em serviço; valorize o saber prático, abrindo mão de qualquer análise mais aprofundada do conhecimento, e, finalmente, prepare os alunos para se saírem bem nas avaliações propostas pelos órgãos fiscalizadores do MEC. Mas é esse profissional que se acredita dar conta da necessidade educacional de nosso país? Que tipo de indivíduo e de sociedade está sendo construída a partir desse perfil de professor?

É evidente que todas essas situações políticas e econômicas em que o mundo está vivendo têm gerado impactos significativos sobre a formação docente, principalmente em função da transição da sociedade industrial para a tecnológica. No entanto, é preciso destacar que ainda existem situações que necessitam da presença do professor, no sentido deste educador reforçar no aluno uma postura problematizadora e questionadora sobre o que é ensinado, sendo um promotor da reflexão sobre o mundo, ao invés de um simples transmissor de conhecimentos.

É fato que para atuar em sala de aula, cada vez mais, é preciso que o professor domine o saber técnico e pedagógico, mas também o político; ou seja, se transforme numa liderança que forme para a cidadania, construindo no aluno o sentido de ser e estar no mundo, além de ajudá-lo a despertar o desejo e a importância de aprender. No entanto, para que isso aconteça, é necessário adotar medidas de impacto direto nas instituições formadoras; entre elas, reorganizar o currículo de forma a equilibrar a balança entre “o que”, o “como” e o “por que” ensinar, fazendo com que o futuro docente compreenda qual é a função social do professor, no sentido de formar indivíduos com maior consciência e posicionamento crítico.

Essa ideia pode ser complementada pelo seguinte pensamento:

Todo projeto pedagógico é político e se acha molhado de ideologia. [...] tem que ver com que conteúdos ensinar, a quem, a favor de quê, de quem, contra quê, contra quem, como ensinar. Tem que ver com quem decide sobre que conteúdos ensinar, que participação têm os estudantes, os pais, os professores, os movimentos populares na discussão em torno da organização dos conteúdos programáticos (FREIRE, 1991, p. 44).

O professor precisa estar em busca de uma razão de ser e estar na educação, em busca da sua emancipação e de seus alunos. Vive-se em uma sociedade de aprendizagens, onde o sentido da escola não está somente em transmitir informações (estas já são disponibilizadas através das novas possibilidades tecnológicas de acesso ao conhecimento), mas também em criar vínculos, qualificar as relações interpessoais, favorecer a reflexão crítica, estabelecer relações entre o conhecimento sistematizado e as situações práticas da vida, visando à ampliação da consciência individual e social.

O mundo de hoje está repleto de informações; o “especialista” em uma determinada área, não chega sequer a dominar uma pequena parte do todo, pois, quando acha que pode afirmar alguma coisa, surgem milhões de outras informações que ampliam ou até invalidam as anteriores. Atualmente, qualquer profissional, de qualquer área, necessita ter um conhecimento dinâmico e criativo sobre conhecimentos específicos e gerais, pois o mundo não é estático (está em constante transformação), além de ser fundamental saber lidar com as situações novas que aparecem, saber improvisar.

Uma citação feita por Redin (2005, p. 24) pode auxiliar na compreensão de qual deveria ser o papel do educador nos dias de hoje:

Um educador consciente sabe que, definitivamente, não é dono da verdade: acabou-se a era da verdade absoluta para todos. [...] saber que não sabe talvez seja a exigência fundamental do profissional dialógico, não autoritário; mas também deverá saber que pode aprender no confronto com o mundo; saber também que pode aprender com os outros; saber também que pode elaborar conhecimentos jamais pensados e fazer fazeres novos e pode ser plenamente na incompletude, no original, no novo. Aprender a aprender é a sua grande competência.

O professor deveria sair da universidade sabendo refletir com a interlocução de diversas teorias sobre a realidade em que vai atuar, a fim de reconstruí-la constantemente. Isso é ter elaboração teórica própria, é teorizar sobre a reflexão na ação, o que dá ao professor autonomia, compromisso político e competência efetiva (REDIN, 2005).

Com relação ao curso de Pedagogia, que deveria garantir a competência de quem leciona na Educação Infantil e nos primeiros anos do Ensino Fundamental, atualmente, tem como missão formar profissionais tão diversos (professores de diferentes segmentos, coordenadores pedagógicos, gestores, supervisores de ensino e pesquisadores), que acaba não colocando como prioridade no currículo o "quê" e o "como" ensinar com aprofundamento teórico-prático, formando assim, profissionais incapazes de integrar conhecimentos e enfrentar os desafios dos tempos atuais.

Uma possível saída para minimizar esse problema, seria concentrar no curso de Pedagogia os saberes básicos para atuar na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, oferecendo as demais habilitações (gestão, orientação, pedagogia empresarial, EJA, etc) como especializações. Isso permitiria que os docentes tivessem uma "base comum" para atuar na licenciatura, que posteriormente, poderia ser ampliada caso o professor tivesse interesse e/ou necessidade. O professor de Pedagogia, por excelência, deveria ser o profissional que sabe ensinar e tem domínio sobre os conteúdos que leciona, mas não é isso que acontece. Devido a missão do curso ser a de formar profissionais para diferentes segmentos, não consegue focar no que é fundamental em cada área, deixando os professores despreparados para exercer a sua função com propriedade.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBen nº 9.394/96) manifestou pressa em resolver as questões da universalização do ensino, sacrificando dessa forma, a qualidade da educação brasileira e da formação docente. Para essa Lei, o mais importante é que se garanta o acesso de todas as crianças (principalmente de 6 a 14 anos) na escola, independente das condições de permanência ou da qualidade da educação oferecida às mesmas. Sabe-se que isso faz parte das exigências de algumas agências



internacionais financiadoras das políticas educacionais brasileiras (entre elas FMI, BIRD, BM, BID, etc), o que fica claro quando se observa as proposições contidas no relatório divulgado pelo Banco Mundial, em 1991, cujo aponta que aos professores: é suficiente proporcionar livros e guias didáticos, pois isso vai baratear os custos da educação e provocará a homogeneização dos currículos, e que, a formação docente deverá ocorrer em serviço (contínua, programas curtos, educação a distancia), dispensando longos programas iniciais e maiores custos.

De acordo com Kuenzer (*apud* FERREIRA, 2009), que desenvolve pesquisas para identificar mediações entre as mudanças do trabalho e as novas demandas da escola, existe a necessidade de se criar uma formação mais rigorosa, com fundamentos sólidos comuns a todos os professores, contemplando os seguintes eixos:

- Contextual: estabelecer relações e articular conhecimentos sobre educação, economia, política e sociedade;
- Institucional: contemplar formas de organização dos espaços escolares e não-escolares;
- Teórico-prático: integrar conhecimentos relativos a teorias e práticas pedagógicas;
- Ético: compreender as finalidades e as responsabilidades sociais da educação, bem como sua relação com a construção de relações sociais e produtivas segundo o princípio da solidariedade e da justiça social;
- Investigativo: desenvolvimento de competências em pesquisa, tendo em vista o avanço conceitual na área da educação. Para que ocorra a renovação da profissão e das estratégias de formação docente é necessário estimular a pesquisa e a produção escrita dos acadêmicos, bem como a sua divulgação.

As inúmeras mudanças no mundo do trabalho e na sociedade em geral, tem posto em evidencia o papel da educação. A gigantesca proliferação de conhecimentos escapa ao controle humano; as novas demandas sociais e educacionais necessitam, cada vez mais, de uma sólida formação teórico-prática dos profissionais da educação, uma vez que, os conhecimentos



fragmentados só servem para uso técnico. Compreender isso tudo no seu contexto histórico, econômico e político, constitui-se num aspecto essencial para os cursos de Pedagogia e demais licenciaturas, tendo em vista que a escola é o espaço primordial da atuação do profissional da educação.

O aprender contínuo é essencial para o docente; entretanto, manter-se atualizado sobre as novas metodologias de ensino e desenvolver práticas pedagógicas mais eficientes são alguns dos principais desafios desta profissão. Embora tenha havido uma verdadeira revolução nesse campo, existe uma certa incapacidade do professor em colocar em prática concepções e modelos inovadores que dizem respeito ao processo de ensino e aprendizagem. O equilíbrio entre a inovação e a tradição é difícil, pois a mudança precisa ser feita de forma consciente e baseada em experiências pessoais e coletivas. Muitas vezes, as próprias instituições formadoras intercalam posturas de um academicismo excessivo e de um empirismo tradicional, dificultando uma melhor compreensão, por parte do professor, em como se deve efetivar o processo de ensino e aprendizagem.

O debate sobre a formação de professores, portanto, é indissociável do espaço concreto da escola, uma vez que é em torno de problemas pedagógicos e educativos reais que se desenvolve a verdadeira formação. O saber oportunizado pelas universidades e especialistas em educação é muito importante no plano teórico e metodológico, mas de nada adianta todo esse conhecimento se o professor não conseguir inseri-lo e articulá-lo no seu processo de desenvolvimento profissional.

Nesse sentido, refletir sobre a prática pedagógica, saber que se pode aprender o tempo todo, com tudo e todos, principalmente no confronto com o mundo são ações fundamentais para se estimular o debate e a reflexão sobre o ato de educar.

Algumas considerações finais

A formação de professores passa, necessariamente, pela análise e reflexão dos processos de organização do trabalho escolar, da gestão das turmas e da sala de aula, bem como dos métodos de ensino. É um desafio

complexo que precisa ser renovado, tanto nas instituições de ensino superior quanto no contexto da escola, redimensionando assim, os processos constituintes do saber-fazer docente. Viabilizar propostas de formação que contemplem uma educação mais investigativa e reflexiva é urgente e imprescindível, na medida em que isso contribui para a construção de um novo modelo de educador, de indivíduo e de sociedade; um mundo diferente daquele proposto pelo modelo neoliberal, em que os termos “qualidade” e “solidariedade” (antigas bandeiras de luta dos setores progressistas) acabaram se banalizando e se reduzindo a:

[...] um mero critério produtivista de medição de aprendizagens, submergida na voragem tecnocrática ditada pelos organismos internacionais que condicionam severamente as reformas em curso nos países da região (GENTILI; McCOWAN, 2003, p. 266).

Investir na formação inicial e continuada do professor é uma tarefa muito importante, na medida em que a lógica da atividade educativa coincide com as dinâmicas da própria formação. A constituição do saber docente não se constrói apenas pela acumulação de conhecimentos teóricos e pedagógicos adquiridos no ensino superior, mas por um trabalho de reflexão crítica sobre as práticas pessoais e profissionais que se efetivam ao longo do exercício docente. Faz-se necessário, portanto, que os projetos educativos das faculdades/universidades incluam em suas grades curriculares disciplinas que privilegiem a interrelação entre a teoria e a prática, alicerçada em bases científicas, democráticas e pedagógicas.

Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projectos próprios, com vistas à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional. [...] urge por isso (re) encontrar espaços de interacção entre as dimensões pessoais e profissionais, permitindo aos professores apropriar-se dos seus processos de formação e dar-lhes um sentido no quadro das suas histórias de vida. (NÓVOA, 1995, p. 25).



O espaço de formação docente, antes de caracterizar-se apenas como um momento de aperfeiçoamento profissional e intelectual, precisa constituir-se também num momento de reflexão e aprimoramento do educador enquanto pessoa e sujeito de relações. Nessa perspectiva, a escola e as instituições de formação de professores ganham contornos de uma autêntica comunidade de aprendizagem: a um professor reflexivo que produz inovações, só podem corresponder alunos cuja aprendizagem é estruturada por princípios semelhantes, isto é, que produzem saberes de forma mais contextualizada.

Parafrazeando Redin (2005, p. 31), “talvez o novo, na questão do educador, seja retornar ao velho, sem saudosismos e sem ranços: reencontrar o professor humano, sensível, compreensível, politicamente comprometido, o velho mestre de ofício”. É cada vez mais urgente que se desenvolva no futuro docente, a consciência de que a verdadeira função social do professor é lutar por uma educação humanizadora e não apenas mercadológica e utilitarista, que reduz o ser humano a um simples número ou, quiçá, a um mero consumidor.

Referências

AZEVEDO, J. L. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

BALL, S. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.2, p. 99-116, jul./dez. 2001.

BALL, S. Cidadania global, consumo e política educacional. In: SILVA, L. Heron (Org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

CORSETTI, B. (Org.). **Ensino de história e educação**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2004.

CRUZ, R. E. **Banco Mundial e política educacional: cooperação ou expansão do capital internacional?** Curitiba: UFPR, 2003.

DALLARI, D. A. **O que são direitos da pessoa**. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1984.



FEIJÓ, C. M. **O que é política cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FERREIRA, N. S. C. **Gestão educacional e organização do trabalho pedagógico**. IESDE Brasil S.A, 2009.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, P. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

GENTILI, P. McCOWAN, T. (Org.). **Reinventar a escola pública: política educacional para um novo Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GERMANO, J. W. A política educacional e a formação da força de trabalho industrial na era Vargas. In: CUNHA, L. A. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.

GOMEZ, A. P. O pensamento prático do professor - a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, A. (Coord.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

MARRACH, S. A. Neoliberalismo e educação. In: GHIRALDELLI JÚNIOR, P. (Org.). **Infância, educação e neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996.

MELO, A. S. **A mundialização da educação: consolidação do projeto neoliberal na América Latina. Brasil e Venezuela**. Maceió: Edufal, 2004.

McLAREN, P. Traumas do capital: pedagogia, política e práxis no mercado global. In: SILVA, Luiz Heron (Org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

NÓVOA, A. (Coord.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

OZGA, J. **Investigação em políticas educacionais: terreno de contestação**. Porto: Porto, 2000.

REDIN, E. Políticas de formação de professores para a educação básica. **Revista Reflexão e Ação**, v.13, n.1, jan/jun. Santa Cruz do Sul, 2005.

SANTOS, B.S. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA JÚNIOR, J. R. Qualidade total em educação: ideologia administrativa e impossibilidade teórica. **Revista Educação & Realidade**, v.20, n.1, jan./jun. 1995.

SHIROMA, E. O.; MORAES, C. M.; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.